

# **Reversibilidade e Irreversibilidade nos Processos Distributivos**

**Fernando Pedrão\***

## **FLUTUAÇÕES E MOVIMENTOS IRREVERSÍVEIS**

O ambiente econômico deste fim de século não é de previsão de uma expansão econômica generalizada, nem de superação dos problemas de pobreza e desemprego. Pelo contrário, todos os dados objetivos da economia mundial, inclusive dos países e das regiões mais ricos, em seu componente internacionalizado e no de economia local, convergem em um quadro de queda generalizada do emprego e da ocupação em geral, de crescente concentração da renda e de incerteza do emprego e das rendas das pessoas e das famílias. A incerteza da renda pessoal e da familiar aumentam mais que os quantitativos de desemprego formal. A perspectiva de queda da renda pessoal dos atuais trabalhadores também aumenta, junto com sua crescente dificuldade para acompanhar os requisitos de qualificação dos novos postos de trabalho.

Nesse movimento, aumenta a incerteza da intensidade da ocupação e da renda esperada para as mesmas ocupações. Assim, há uma degradação da condição de vida dos que não detêm rendas de capital. Paralelamente, há uma queda da taxa de salário, e em seu interior, uma queda da participação dos grupos de menores salários.

Há, portanto, um referencial necessário de análise de problemas de distribuição, no funcionamento da sociedade econômica em seu conjunto, bem como problemas específicos de distribuição em cada país e em cada região. A distribuição da renda revela-se o principal problema econômico da época, em seus aspectos social e técnico: no que descreve desigualdades de condições de vida que se perpetuam e tendem a se agravar; e no que implica em problemas técnicos de reprodução do sistema de produção.

Por isso, a interrelação necessária entre o modo de reprodução do sistema e o perfil da distribuição realça as dificuldades da teoria econômica

---

\* Docente Livre da Universidade Federal da Bahia.

ortodoxa, enquanto teoria marginalista, em seu modo de ligar o sistema de produção ao sistema de recursos naturais. Tal relação entre a teoria econômica e a natureza tornou-se contraditória, por manifestar-se ela em termos de um paradigma de equilíbrio e de uma análise instantânea. Tais pressupostos são incompatíveis com a realidade, por implicarem em que as situações de escassez podem ser resolvidas via substituição de produtos e de técnicas, isto é, de que a escassez pode em princípio resolver-se sempre mediante o mercado.

O reconhecimento desses problemas implica num desafio àquela teoria econômica que reconhece tratar com realidades sociais cambiantes, que interagem com um ambiente também cambiante. A insistência em querer traduzir esse ambiente que muda de modo diferenciado, em termos de equilíbrio, revela-se um despropósito em termos cognitivos. A teoria econômica do equilíbrio dedica-se a explicar os mecanismos de racionalidade da reprodução do capital. Distancia-se da temática da distribuição, porque abandona o significado teleológico da ciência social: razões e fins, relações de causalidade, são substituídos por um exercício de demonstração de consistência formal de teoremas (MYRDAL, 1968; GOLDMANN, 1972). A polêmica acerca do sentido de finalidade da ciência, em si já é uma expressão de sua consistência material: além de sua consistência formal. Trata-se em suma, de seu poder de explicação da realidade.

No essencial, a teoria econômica é uma interpretação da vida social, através de sua materialidade; que progressivamente reuniu elementos de generalização, apoiando-se numa fundamentação lógica e em observações empíricas. Mas a sustentação das generalizações e do controle das observações empíricas que as sustentam nem sempre estão claras (ADORNO, 1961). Daí, que os problemas de delimitação das generalizações estão além do âmbito do ordenamento lógico da análise, constituindo um campo temático que compreende a validade, o significado e a pertinência dessa análise, segundo se trata de problemas doutrinários ou de questões práticas.

A economia trabalha com a relação entre usos sociais de recursos, variações de capacidade de produção e condições sociais de consumo. Esses elementos variam, em tempo e lugar, segundo a sociedade se tecnifica e qualifica; e segundo suas soluções imediatas se articulam umas com as outras. Mas esse encadeamento nem sempre é claro. Depende do modo como se transmitem as experiências adquiridas. Além disso, há alguns pressupostos relativos aos movimentos na relação entre os usos atuais de recursos e os processos formativos de uma capacidade de usar recursos, que sugerem a existência de processos evolutivos no conhecimento e na tecnologia, coincidentes com uma crescente significância da atividade social **no âmbito dos recursos à disposição da sociedade.**

A validade desses pressupostos depende de uma seqüencialidade das atividades socialmente significativas, que se transfere ao encadeamento das teorias científicas e das tecnologias; e finalmente aos movimentos de valorização do patrimônio e do capital. Isso leva a ver quais são essas atividades socialmente significativas e quais os encadeamentos - historicamente verificados - entre elas.

Daí que a análise econômica, nos planos especulativo e aplicado, requer uma conceituação precisa de patrimônio e de capital, bem como de uma compreensão das interações entre os dois. Há especificidades objetivas e subjetivas subjacentes nesses dois conceitos, que obrigam a individualizá-los (WEBER, 1974).

Para os fins da sustentação da análise social, entende-se patrimônio como a totalidade dos acervos reunidos pela sociedade, correspondendo ao quadro cultural em seu sentido amplo, enquanto capital é aquela parte desse acervo, tecnologicamente organizada, vinculada à produção, que se integra em processos potencialmente acumulativos. Noutras palavras, a formação social de valor está associada a processos organizativos da sociedade, capazes de se auto-reproduzirem, por isso, capazes de instalar tendências nesses processos. As alterações na organização social, iniciadas dentro ou fora do âmbito econômico, significam, primeiro, que a auto-reprodução é atingida; e segundo, que as reações do sistema a estímulos externos pode, também, ser modificada.

Há, portanto, uma questão relativa à continuidade das tecnologias e aos seus usos, como um aspecto essencial dos processos acumulativos, que é parte essencial da continuidade social, cuja explicação, por sua vez, é um pré-requisito da formulação de leis sociais. Trata-se de que a seqüencialidade das técnicas depende de uma diversidade de funções desempenhadas pelas diversas técnicas em diferentes lugares e momentos, em combinações que são decididas fora dos processos técnicos de produção, no nível de percepção de uso de recursos das empresas.

A seqüencialidade dos fenômenos é essencial da continuidade dos processos. Acontece em âmbitos economicamente organizados, que se identificam em formas de produção tais como as estabelecidas pelo capital mercantil pré-industrial, pelo capital guiado por interesses fabris; e, finalmente, pelas modalidades de organização mercantil correspondentes ao capital industrial oligopólico de alta tecnologia. Noutras palavras, a seqüencialidade dos fenômenos é o fio condutor pelo qual acompanhar as transformações dos interesses do capital, segundo eles se organizam no comércio, na produção industrial, ou nos serviços industrializados.

As transformações da sociedade econômica têm tido um sentido direcional geral, dado pelos deslocamentos das formas de consumo, por seus

ajustes a médio e longo prazo, com os usos e com as modificações na composição da capacidade de produção. É um direcionamento histórico, inerente ao trajeto rumo à industrialização, bem como àquelas transformações da produção industrial, cuja generalização está delimitada pelas determinações da organização social que ela mesma engendra. Tem limites históricos e encobre grandes descontinuidades ainda por serem esclarecidas. Como situar nele as civilizações antigas do Oriente Próximo, as Americanas, ou como situar a ampliação de nosso conhecimento sobre o passado? Quais as reais relações entre essas civilizações e quais os traços de união entre elas e o fluxo civilizatório que se estende até a atualidade? Decorrerão eles exclusivamente das tecnologias, ou estarão ancorados nas formações ideológicas que geram as tecnologias? Quais elementos tornam ou podem tornar irreversíveis as tendências do movimento civilizatório?

Essas questões levam a rever os modos de organização social e técnica que vinculam as formações do produto social e da capacidade de produção à distribuição atual e futura da renda, isto é, a examinar o significado do esforço de produção, no que ele se traduz em consumo atual e futuro das maiorias e das minorias. São problemas obviamente históricos: transcorrem no espaço-tempo concreto das experiências históricas, não no pseudo-tempo de deslocamentos de variáveis genericamente definidas. Não pode haver confusão, imprecisão nem dúvida da representatividade dos resultados que se pode obter da análise que se faz. São as restrições históricas objetivas dos aspectos técnicos dos questionamentos de análise em economia.

Há questões que podem ser adequadamente representadas num ambiente de tempo nulo ou de pseudo-tempo, tal como considerado na análise estática convencional. Outras questões que podem ser representadas em ambientes de períodos assimiláveis aos períodos de produção, tal como na análise temporal típica dos períodos de produção ou de duração da maquinaria. Mas há outras que só podem ser representadas em períodos seculares e em condições de irregularidade de duração. As flutuações de valores em bolsa, as alterações na composição da maquinaria e o aproveitamento de barragens e bosques correspondem, respectivamente, a essas três instâncias. Outros fenômenos, tais como as macro-variações climáticas, os efeitos da produção de solo e da desertificação, demandam uma revisão da compreensão de tempo, que no essencial tem que compatibilizar a compreensão social de tempo com a dos tempos dos processos naturais.

A desigualdade dos intervalos de continuidade e as interrupções dos fenômenos constitutivos desses três âmbitos, tem efeitos que se prolongam sobre as durações superiores às de sua própria definição. Como alguma vez escreveu Joan Robinson, o curto e o longo prazo começam simultaneamente. Sobrepõem-se, agregá-los. O encadeamento da produção e

do consumo no tempo permite ver a coleção de fatos de produção e de consumo como um fluxo. As interdependências nele contidas levaram diversos autores, desde os Fisiocratas, a tomá-lo como a principal referência da explicação, seja observando seus aspectos macroscópicos, como MARX, ou microscópicos, como SCHUMPETER. Mas há, a seu respeito uma questão fundamental, de linearidade ou não linearidade, que leva, de volta à matriz Fisiocrática e à conceituação de MYRDAL, de causação circular acumulativa.

Continuidade e descontinuidade resumem uma pluralidade de situações, onde se reúnem fenômenos que se realizam como processos em cadeia, tal como o progresso da tecnologia aero-espacial e outros, como a exploração de reservas de carvão, que se esgotam irreversivelmente; processos como o de avanço na qualificação dos que realizam o progresso aero-espacial, ao lado da qualificação dos que desenvolveram o transporte a carvão, que perdeu lugar no desenvolvimento da tecnologia. No campo econômico, a predominância dos fenômenos de continuidade tem sido necessária para a continuidade da expansão do capital. No essencial, para continuarem ricos, os países ricos têm que ser capazes de usar mais e melhor a energia, tanto no aproveitamento de combustíveis como de esforço humano. Para isso, têm tido que superar a irreversibilidade do esgotamento de seus recursos naturais, bem como a de suas perdas sociais.

Mas a acumulação ligada ao modo de industrialização alcançado tem-se mostrado cada vez mais distante de reverter a desigualdade de renda e de condições de vida. Pelo contrário dando-se que há ricos mais ricos, há mais pobres que continuam pobres; há mais pessoas que são submetidas a uma vida economicamente incerta. A novidade é que os pobres ficaram melhor informados do consumo dos ricos. Na sociedade contemporânea, há um entrecruzamento da visibilidade dos modos de vida dos diversos grupos, que é concomitante à ruptura de espaço-tempo que VIRILLO (1994) simboliza na figura do aeroporto.

Por isso, o problema distributivo não pode mais ser descrito como apenas de renda, senão de distribuição das oportunidades de obter renda, direta e indireta; e das implicações da distribuição da renda na do capital. A colocação desse problema em termos de distribuição de renda é uma redução do escopo da análise a um âmbito, cuja exploração, entretanto, exige um estudo em diversos cortes simultâneos, tais como o institucional, por classes sociais, por grupos de renda, além dos dados pessoais e familiares.

Esse, o problema a ser anteposto às facilidades e dificuldades que as diversas sociedades enfrentam, para obter resultados progressivamente crescentes em termos de produto social e de ampliação da capacidade de produção. No entanto, nesse ponto, a análise social continua omissa.

A capacidade de converter os resultados da produção em usos produtivos foi reconhecida, na teoria do desenvolvimento, como a principal superioridade da produção industrial sobre a produção mercantil pré-industrial. Ao abrir a caixa preta dessa conversão, ver quanto nela há de incerto, quantos vazamentos há, em termos de desperdício e de descontinuidade dos investimentos, reabre-se uma crítica da produção industrial a colocar-se, justamente, na relação entre os efeitos do crescimento do produto social nas transformações da capacidade de produção.

A questão ressurgiu em outros termos, ao verificar-se como funciona o capital mercantil na sociedade industrializada; e como se reorganizam os interesses mercantis na sociedade econômica conduzida pelo capital financeiro maduro, em que a perspectiva mercantil integrou-se com a do controle das comunicações.

O modo de funcionamento do capital mercantil é um tópico a ser esclarecido, como passo prévio à explicação da lógica do funcionamento das empresas **depois que a integração industrial deixou de ser o modo de garantir a reprodução do capital em ambientes em que a concorrência entre empresas equivalentes foi substituída pela predominância de oligopólios.** Esse modo de funcionamento está baseado na relação móvel entre a reposição do valor dos estoques e a manutenção de um nível ótimo de liquidez, que é aquele que não inibe a rentabilidade do capital e não expõe o capitalista a ter que pagar custos de financiamento. A lógica mercantil leva a ver as unidades de produção - fábricas e outros - como mercadorias equivalentes aos seus produtos, contemplando a compra e venda de empresas tanto como a compra e venda de bens e de serviços.

A racionalidade do capital compreende a lógica mercantil ao lado da industrial; e distingue a lógica mercantil pré-industrial da lógica da produção industrializada. A primeira segue a evolução da produção manufatureira até sua metamorfose em produção industrial. A segunda refere-se às transformações da produção industrial até a emergência de um setor terciário tecnologicamente maduro. A racionalidade da eficiência fabril foi substituída pela eficiência da gestão de empresas, em que se compram e vendem empresas tanto como se compram e vendem mercadorias, em que se destaca a importância da fluidez do capital entre representações financeiras e participações no financiamento da produção.

A conjunção de movimentos reversíveis e irreversíveis no processo do capital ganha novo significado, segundo a operacionalidade comercial passa a compreender, como um só conjunto, a gestão financeira e a tecnológica. A mercantilização do conhecimento, junto com a fluidez das informações, levam a novas avaliações na escolha de custos e riscos do crescimento, para os interesses privados. A comparabilidade entre aplicações especulativas e produtivas torna-se uma questão obrigatória das empresas,

que têm que decidir sobre o destino de seu capital e não apenas sobre o dos novos investimentos que realizam.

Nesse ambiente de fluidez do capital, não há porque pensar que a sustentação da rentabilidade do capital dependa de uma progressiva ampliação do mercado, nem que os ganhos de posição das empresas dependam de sua eficiência fabril. Tampouco há como supor que os produtos sejam comprados porque as empresas desejam vendê-los. A rentabilidade do capital não pode depender dos resultados de publicidade. Pelo contrário, a disputa entre empresas inclui sempre o lado de qualidade, porque em princípio, em seu discurso, as empresas pressupõem que há - ou deve haver - uma pluralidade de compradores no mercado. As alterações de composição na gestão oligopolística do capital mostram opções de obterem-se esses ganhos mediante outros caminhos, por exemplo, como a substituição de trajetórias tecnológicas ou a reorganização do consumo.

### **CIRCUITOS E TENDÊNCIAS REVERSÍVEIS**

Nesta análise, impõe-se rever como evolui a distribuição, ao longo dos impulsos de crescimento do produto e de reordenamento do sistema de produção. Nesse sentido, há uma diferença fundamental de perspectiva na teoria econômica, registrada nos encaminhamentos dados, respectivamente, pelos Fisiocratas e por Walras (GOLDMANN, 1967). O contraste das visões da economia como processo circular e como estrutura, foi revisto várias vezes, em trajetórias de pensamento que chegaram até a teoria do desenvolvimento nas posições doutrinárias de Nurkse sobre o círculo vicioso da pobreza (1956) e de Myrdal sobre causalidade circular acumulativa (1968).

Colateralmente, essa divisão envolve o tratamento da visão macroscópica e da microscópica do encadeamento da produção, tal como dado por Marx e por Schumpeter ao fluxo circular de produção. Na abordagem marxiana não há uma cisão entre os planos macro e micro da análise, senão desdobramentos de uma mesma análise nesses dois planos. A escolha de um plano macro-econômico privilegiado de análise é uma proposta de Keynes, posteriormente contradita pela chamada síntese neo-clássica pós-keynesiana - Hicks, Samuelson e outros - que na verdade restaura a posição privilegiada da perspectiva micro.

Mas a maior diferença entre elas está no plano das valorações, segundo estabelecem, como princípio dinâmico do processo, os interesses de consumidores e produtores individuais, ou os vêem como parte de interesses de grupos historicamente formados, mais ou menos estáveis e organizados. Consumidores e produtores ou classes sociais? Uma diferença entre Marx e Keynes está entre o conceito de totalidade do primeiro e de globa-

lidade do segundo, que certamente não são equivalentes (HABERMAS, 1972).

A perspectiva de Marx leva a trabalhar com sujeitos coletivos historicamente determinados, enquanto a de Schumpeter aproxima-se da visão individualista de WEBER (1926) na constituição incidental de coletivos a partir de sujeitos individuais. A diferença entre essas duas posições é que uma está ancorada no pressuposto de uma racionalidade universal, equivalente entre todos os participantes das sociedades; enquanto a outra observa as condições concretas em que se manifestam os interesses dos grupos organizados. A compreensão de que o sistema de produção opera como um fluxo circular - tão cara a SCHUMPETER (1897) - exige uma compreensão das posições sociais concretas dos protagonistas do processo - como de fato registraram os Fisiocratas - que não se resolve no ambiente de preferências individuais do marginalismo, como pretendeu o próprio SCHUMPETER (1905).

Essas posturas doutrinárias correspondem a questões operacionais de método, por sua vez, colocadas nas duas opções de análise diacrônica e sincrônica, com suas implicações no modo de tratar o material factual. Na prática, tal análise pode fazer-se apenas com comparações de diversas economias nacionais num mesmo momento, ou num mesmo período; ou mediante comparações de diferentes períodos, mesmo que de uma mesma economia nacional? O tamanho das populações, a magnitude do capital, bem como a estruturação institucional, adiante serão referências do encaminhamento prático dessa análise, cujos resultados serão julgados por sua verossimilhança e não só por sua consistência lógica.

Cabe rever as noções de círculo vicioso da pobreza e de causação circular pelo que representam como compreensões da engrenagem de interações, respectivamente reversíveis e irreversíveis, entre agentes na sociedade econômica. O círculo vicioso da pobreza é uma explicação de como as coisas ficarão como estão; enquanto a causação circular acumulativa diz que o funcionamento normal do sistema contém elementos irreversíveis, que o deslocam de sua situação atual, fazem com que ele se transforme.

A noção de círculo vicioso da pobreza é uma teorização da circularidade da miséria, em que uma situação de pobreza aguda generalizada tende a se reproduzir sem mudança para melhor. Logicamente foi rejeitada em nome do voluntarismo das políticas de desenvolvimento - ver a polémica de Celso Furtado - contra essa tese de Nurkse. Mas naquele tempo sabia-se pouco sobre a pobreza; e não haviam estudos sobre os mecanismos da apatia dos mais pobres, de todos que desistem de procurar trabalho, uma situação amplamente demonstrada desde então, especialmente nas grandes cidades no Nordeste. Mas a idéia de que tal reprodução da pobreza pode acontecer era um desafio, como o denominou Myrdal: o



repto do sub-desenvolvimento. Seria preciso demonstrar tecnicamente a viabilidade de superá-lo; e justificar eticamente o esforço de superá-lo.

O círculo vicioso da pobreza tem uma contrapartida, que é um **círculo vicioso da opulência**, que se reproduz com um número proporcionalmente decrescente de integrantes, que se formam em torno de modalidades exclusivas de consumo unitariamente indivisível e especializado, fechado em circuitos exclusivos, desde educação privilegiada a lazer privilegiado. A noção de círculo vicioso da pobreza está, além disso, ancorada num aspecto essencial da construção doutrinária de Ricardo, relativa à distinção entre o circuito de produção e consumo que atende aos trabalhadores e o que serve aos capitalistas e aos proprietários. O primeiro oferece meios de consumo para grupos que somente ganham para satisfazer seu consumo básico, cujas compras pouco se expandem por efeito de diversificação do consumo. O segundo grupo está integrado daqueles cuja renda permite diversificar progressivamente seu consumo.

O reconhecimento da existência desses circuitos, pressupõe a presença de condições diferenciadas de composição do capital e de qualificação do trabalho, bem como de modos de organização do mercado. Se a produção só se diversifica naquela parte do mercado em que há menos compradores, depende de maiores valores de suas compras, bem como do transbordamento dos efeitos dessas compras, para sustentar a reprodução do capital incorporado na produção. A alternativa de exportar para suprir as restrições do mercado interno - sempre invocada como alternativa das limitações dos mercados internos - não é mais que deslocar o problema para um ponto adiante, representado pelas compras dos consumidores mais ricos de outros países.

No essencial, o sistema de produção tende a reproduzir-se de modo desigual, refletindo aquela desigualdade de renda imediatamente registrada nas diferenças das compras dos dois grupos; e as desigualdades que se reproduzem ao longo do tempo, como resultado da ação de mecanismos sociais de desigualdade, tais como o sistema educativo e o perfil da despesa pública.

Opulência e penúria tornam-se as duas referências extremas dessa polarização da renda que delimita o consumo, que ao mesmo tempo estabelece quais grupos locais têm renda familiar suficiente para chegar a determinados patamares e composições de consumo. O significado social da riqueza varia, segundo ela corresponda a situações de maior ou menor desigualdade e a situações de consumo da maioria das famílias. Resulta, portanto, de sua ancoragem em termos de grupos e de pessoas, especialmente, do contraste entre renda pessoal e renda familiar. Como se sabe, no relativo aos grupos de baixa renda, a viabilidade da sobrevivência depende da participação em grupos básicos, como a família. O indivíduo isolado,

que finalmente seria o consumidor individual, torna-se materialmente inviável em condições de pobreza aguda e incerteza de renda.

Assim, é preciso levar em conta duas qualificações do significado social da magnitude e da distribuição da renda: a distância real entre o que se reconhece como opulência e como penúria em cada sociedade; e as formas de consumo em que essa riqueza se traduz. Os transbordamentos de formas de consumo entre grupos de renda - ampliados e acelerados pela industrialização da produção - são elementos de ajuste entre a reprodução dessa posição de riqueza e a composição social do consumo, no que esta última garante as vendas sobre as quais se reproduz a riqueza.

Em cada ponto-momento da trajetória da economia internacionalizada e das formações sociais nacionais, a opulência se representa como a posse das modalidades mais avançadas de consumo, junto com a disponibilidade de riqueza superior à que pode ser utilizada como consumo aparente.

#### **COMPOSIÇÃO DO CAPITAL E ESCALA DE DISTRIBUIÇÃO**

Impõe-se, portanto, identificar os mecanismos operacionais que garantem a continuidade da valorização, compreendendo a preservação do valor acumulado e a continuidade da formação de valor. Compreende, portanto, a preservação do valor social dos ativos de capital e a da qualificação do trabalho incorporado em cada sistema de produção, já que a preservação do valor social dos ativos de patrimônio implica na disponibilidade de quem saiba usá-lo e possa efetivamente aproveitá-lo.

Logicamente, esses dois aspectos têm que ser vistos frente às alterações que acontecem no regime de usos dos capitais, e frente aos modos de participação dos trabalhadores na produção. Na prática, as alterações do lado dos usos do trabalho afetam, adiante, as possibilidades de uso dos ativos de capital.

A teoria econômica concentrou-se nessa primeira parte. Deixou praticamente inatendida a segunda. Mas os modos de uso do patrimônio resultam em determinadas eficiência e pertinência do capital. De fato, os modos de uso dos capitais já integrados em cada sistema de produção pré-estabelecem as condições específicas de adequação de cada novo componente de capital ao sistema de produção. Formam-se ambientes técnicos, em que os componentes específicos de capital são usados, com maior ou menor aproveitamento. A eficiência nos usos dos componentes do capital dependerão do modo de cada aplicação e do ambiente em que ela é realizada. O investimento e seu ambiente são um conjunto estrutural indis-

solúvel. A fábrica e sua inserção numa rede de distribuição de energia. A planta de produtos da pesca e o ambiente marinho.

Os modos de participação dos trabalhadores na produção têm sido geralmente vistos como resultados unilaterais dos usos do capital, sem levarem-se em conta os efeitos acumulados do esforço dos trabalhadores, para procurarem-se atividades de sua conveniência. No entanto, há um grande número de iniciativas de mobilização de trabalho, que levam a reajustes nos usos do capital. Também, que em muitos casos os usos do trabalho podem ser modificados por separado dos do capital, pré-estabelecendo as condições em que o capital é utilizado, ou pelo menos influenciando nos seus usos. Ambos movimentos estão ligados aos modos como se realizam aquelas vendas que concretizam a geração de riqueza.

O oposto da opulência é a pobreza, com as restrições de mobilidade que afetam os grupos expostos a uma ou mais formas de pobreza; e a penúria, como forma de pobreza extrema e de marginalização irreversível. O reconhecimento da complexidade da problemática da pobreza nos últimos anos recompõe um quadro de preocupações éticas, ligando-o agora a uma visão crítica da relação entre produção e patrimônio. Há processos diferenciados geradores de pobreza, assim como há situações diferenciadas de pobreza, que evoluem de diversos modos em tempo e espaço. Há diferenças essenciais entre situações minoritárias de pobreza; e situações em que há maioria de pobres. Por último, há situações em que há perspectivas mais confiáveis de reversão desse quadro de pobreza e de irreversibilidade das situações pessoais e dos grupos envolvidos.

O mais grave da pobreza contemporânea é corresponder a situações crônicas de grupos numerosos e crescentes, concomitante ao aumento da opulência e ao aparecimento de novos pobres. Especialmente num país como o Brasil, em que o desemprego crônico converge com novas formas de desemprego, a perpetuidade da pobreza tem um significado que transcende os aspectos negativos da etapa atual da formação de capital: compreende elementos de regulação imediata do mercado de trabalho, tais como o controle de tecnologias básicas e de migrações; e elementos de regulação mediata, como a educação e as informações.

Discutem-se, pois, os processos distributivos por suas interações com a formação do produto e do capital, segundo esse conjunto chega-se a resultados acumulativos duráveis. O tratamento positivista desse tema ficou identificado com a doutrina marginalista, tornando-se a ortodoxia teórica em economia. Nela, esse problema é visto como uma relação entre quantidades indiscriminadas, em que se examina a interdependência entre as taxas de crescimento do produto e do capital, tomada apenas como refletida pelas cifras de investimentos. No plano microscópico, pode ser colocado mediante um coeficiente de aumento de capital disponível a cur-

to prazo, comparado com variações de patrimônio, onde se admitem possibilidades de aumento de trabalho por entrada de capital especulativo e de produto por investimentos que se completam e operacionalizam. Mas há evidências empíricas, de que os primeiros superam cada vez mais os segundos, e que esses dois termos evoluem, desigualmente, demandando tratamento específicos.

Na perspectiva histórica, torna-se necessário levar em conta a realimentação dos efeitos do perfil da distribuição na composição do consumo, distinguindo o significado de relações causais de distintas durações, segundo elas convergem em determinados momentos. Aqui são fundamentais as diferenças de intensidade dessas convergências, bem como os pontos sobre os quais elas se realizam. A perspectiva histórica envolve o tratamento de problemas relativos à duração dos fenômenos e dos lapsos cobertos pela análise. A relevância e a pertinência da análise dependem do modo como essas questões são explicitadas e como o tema do tempo entra no processo explicativo. Noutras palavras, o poder explicativo da análise depende das opções de encaminhamento de método, da abordagem prática que se constrói. Assim, confronto ou convergência entre as abordagens diacrônica e sincrônica (JACOBSEN, 1926) indicariam as possibilidades e limitações da análise, para refletir o campo fenomênico que reconhece ou sobre o qual se volta. Essa questão pré-condiciona a orientação e a reflexão sobre os desafios antepostos pela realidade histórica da economia, que constitui a temática do processo de trabalho aqui resumido.

Na década de 1950, o rápido aumento do número dos participantes da economia internacionalmente integrada, tornou evidente a impossibilidade de sustentar-se uma teoria genética do crescimento sobre os pressupostos de racionalidade e comportamento das sociedades industrialmente avançadas. Tornou-se necessário levar em conta as diferenças entre os questionamentos de uma teoria da mecânica do crescimento econômico e o de uma teoria das transformações econômicas identificadas com o desenvolvimento econômico e social. A primeira pôde ser colocada em termos de um movimento linear de crescimento do produto, tendo como único condicionante a interdependência entre os movimentos do produto social e dos seus usos para consumo ou investimento. A interrelação entre os movimentos do produto e os do capital não foi explicada, porque esses problemas foram tratados num plano de globalidade, em que se diluem os aspectos de composição, portanto de heterogeneidade, respectivamente, do produto e do capital.

A composição do produto, do capital e do consumo é uma questão a ser examinada de modo a dar conta dos problemas de transformação dos sistemas de produção, portanto, em períodos suficientes para registrar as grandes alterações tecnológicas e da qualificação das pessoas. Subjacente-

mente, as modificações de composição do capital são tomadas como unidirecionais, ligadas a movimentos de renovação tecnológica que não incluem retrocessos significativos.

No entanto, é um campo de questionamento subjacente na doutrina de Ricardo, naquilo em que ela indica uma diferença entre a esfera de produção para trabalhadores e para classes de capitalistas e de proprietários; e plenamente registrado na compreensão histórica de Marx na positivista, numa linha que vai de Böhm Bawerk a Lachmann. A compreensão dos aspectos de composição é fundamental para determinar os conteúdos essenciais das transformações econômicas, no que elas sejam irreversíveis, por isso podendo ensejar tendências, ou sejam reversíveis, podendo traduzir-se em simples flutuações.

O leque de possibilidades - de direcionalidade constante do processo a simples flutuações - corresponde a uma visão sumamente ampla dos ciclos econômicos (SCHUMPETER, 1958; HABERLER, 1956), cabendo presumir que as variações da atividade econômica compreendem elementos pertinentes a um modo direcionado de transformações irreversíveis. No primeiro caso estão, por exemplo, transformações próprias da renovação tecnológica na indústria de transformação e na agricultura. No segundo, incluem-se movimentos como os determinados por fatores climáticos de grande porte. O essencial é o saldo do entrecruzamento desses elementos, no que ele aponta a reversibilidade crescente ou decrescente, ou ainda, a maior ou menor previsibilidade da tendência reversível ou irreversível.

A teoria econômica marginalista não tem meios para distinguir movimentos reversíveis de irreversíveis, porque toma os fenômenos *prima facie* como comparáveis, já que não os reconhece como parte de processos<sup>1</sup>. Assim, deixa de entrar no mérito das diferenças entre tendências e flutuações. É uma insuficiência de análise, que leva a tratar todos os movimentos, inclusive as flutuações, como parte de tendências. Tal simplificação impede que se percebam as diferenças entre os processos que em princípio são contínuos e progressivos; e os que são intermitentes ou de duração previamente reconhecida como limitada. No entanto, essa distinção dos processos torna-se um aspecto essencial no desenvolvimento de uma abordagem dinâmica da questão distributiva.

São simplificações de abordagem que impedem registrar as alterações do sistema de produção que se introduzem ao longo do tempo, sejam

---

<sup>1</sup> Há, aqui, uma analogia ou coincidência, entre a postura cognitiva da teoria marginalista e a filosofia analítica, que como coloca Wittgenstein, toma "a realidade constituída de fatos atômicos". A matematização da linguagem por si não resolve o problema cognitivo, senão mostra como a teoria depende da problemática cognitiva da própria matemática, como em algum momento colocou HICKS (1961). Em seu fundamento epistemológico, esse problema decorre da diversidade das fontes originais do marginalismo, entre o empirismo que veio de Locke a Marshall na vertente inglesa; e a influência do neo-kantismo na vertente austríaca.

elas seqüenciais ou incidentais. Mas essa é a principal característica da questão em causa. Ao progredir o processo, muda o horizonte de visibilidade com que operam os diversos agentes envolvidos na produção e no consumo. Junto, mudam as condições de percepção entre os agentes e as situações em que eles se encontram. Tais modificações da composição do sistema de produção significam correspondentes alterações das posições dos agentes que os constituem e de seus respectivos horizontes de visibilidade dos processos de que participam.

De fato, as condições de funcionamento dos sistemas modificam-se, em resposta a alterações da tecnologia incorporada ao capital e da qualificação dos diversos trabalhadores, sejam eles representantes do capital ou do trabalho. Suas posições relativas com freqüência mudam, segundo elas ocupam diferentes funções nas tarefas realizadas por trabalhadores, permanentes ou temporários, ou segundo desempenham funções em nome do capital, como executivos ou mesmo como dirigentes de empresas.

As participações dos integrantes do sistema de produção têm variado em tempo e espaço, segundo evoluem as características operacionais de cada sistema nacional, isto é, combinando seus aspectos sociais e técnicos; e não só como uma questão social de mobilidade, sobre um quadro tecnológico invariante. O significado econômico da mobilidade muda, junto com a tecnificação da produção, com a escala de remunerações dos diversos trabalhos, e com a qualificação dos pretendentes a trabalhador.

Daí, ser necessário associar o tratamento das questões distributivas específicas aos rumos das transformações dos sistemas de produção. Cada uma dessas questões específicas acontece num ambiente historicamente formado, dotado de uma localização e acionado por um dado elenco de protagonistas da vida econômica que não pode ser trocado.

Mas, quais delas podem assinalar rumos; e quais outras não passam de flutuações, que não levam à formação de tendências? Certamente, a observação de história econômica mostra grande número de ações que levam a transformações, e de outras que levam a meras flutuações sem conseqüências. Assim também, que as transformações rompem mais ou menos com o existente, e resultam em combinações com elementos já existentes nos sistemas. Há inúmeros exemplos nas duas direções, desde o total aproveitamento em trajetórias como a dos transportes ferroviários, até a ruptura igualmente clara, entre as soluções para o consumo energético doméstico, entre o uso de carvão e os sistemas elétricos integrados.

As transformações e as flutuações dos sistemas resultam em padrões de previsibilidade e de erraticidade, que portanto se modificam ao longo do tempo, tanto como se modifica seu modo de erraticidade. Assim, há

um problema específico de conhecer quanto as transformações podem ser associadas a relações de causalidade ou a condições de incidentalidade.

A expansão da produção industrializada aumenta a sensibilidade dos sistemas locais de produção a condições genéricas da composição do capital e das qualificações do trabalhador. Não só por aspectos de comparabilidade entre produtos que se oferecem para usos semelhantes, mas pelos condicionamentos impostos pelas seqüências de opções tecnológicas, os sistemas localmente identificados respondem a sinais externos, que se tornam suas referências de tempo, geralmente defasadas, mas onde os lapsos de defasagem correspondem a margens de controle dos centros emissores de impulsos de mudança aos que os recebem.

É uma questão relativa a margens de generalização sobre conjuntos não delimitados de observações empíricas, que entretanto refletem aspectos essenciais da atualidade operacional dos sistemas concretos de produção e da cultura da produção industrial em geral. Quais são os horizontes de espaço e tempo que demarcam, de modo representativo, os âmbitos históricos dos fenômenos que se estuda? Quanto ou como esses horizontes se interpenetram e correspondem a trajetórias igualmente conhecidas? Torna-se evidente que a busca de respostas para esse tipo de questões requer uma ruptura com os pressupostos cognitivos do marginalismo, que sustentam a atual ortodoxia. Por mais que não haja nada de novo nessa postura, hoje ela se torna imprescindível, como modo de afirmação de realismo e independência.

**PALAVRAS-CHAVE:** processos distributivos; emprego e renda; teoria econômica; desigualdades social; sistemas produtivos; pobreza; teorias marginalistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W.  
1970 **Sobre la metacrítica de la teoría del conocimiento**. Caracas, Monte Ávila, 289 p.
- BÓHM-BAWERK, Eugen  
s/d **Teoria positiva do capital**. São Paulo, Ed.Abril, v.2, 669 p.
- GOLDMANN, Lucien  
1972 **As ciências humanas e a filosofia**. Rio de Janeiro: Difel, 140 p.
- LACHMANN, J.  
1956 **Capital and its structure**. Londres, John Wiley e Sons, 127 p.
- HABERLER, Gottfried.  
1954 **Prosperidad o depresión**. Mexico, Fondo de Cultura Económico, 539 p.
- HABERMAS, Jurgen

- 1987 **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid, Taurus, v.2, 617 p.
- HICKS, John  
1961 Linear theory. In: **The Economic Journal**, abr., p 671 a 709 p.
- MYRDAL, Gunnar  
1968 **Asian drama**. Nova York, Random House, 2284 p.
- NURKSE, Ragnar  
1954 **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**, Mexico, Fondo de Cultura Económico, 180 p.
- PRIGOGINE, I., STENGERS, I.  
1992 **Entre o tempo e a eternidade**. Companhia das Letras, 226 p.
- WEBER, Max  
1972 **Economía y sociedad**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1237 p.
- WITTGENSTEIN, Ludwig  
s/d **Tractatus Logico-Philosophicus**. Madrid, Alianza Editorial.
- VIRILIO, Paul  
1993 **O espaço crítico**. Lisboa, Editora 34, 119 p.